

Movimentações absolutistas no período de implantação do liberalismo

Célia Maria Taborda da Silva

O período de implantação do liberalismo em Portugal (1820-1825) foi marcado por uma série de movimentos absolutistas que se opuseram à implantação do regime liberal. Estes movimentos foram liderados por figuras como o conde de Vila Rica, o conde de Vila Rica e o conde de Vila Rica.

1. O movimento de Vila Rica

O movimento de Vila Rica foi liderado pelo conde de Vila Rica, um dos principais líderes absolutistas do período. Este movimento teve como objetivo a restauração do regime absolutista em Portugal.

O movimento de Vila Rica foi liderado pelo conde de Vila Rica, um dos principais líderes absolutistas do período. Este movimento teve como objetivo a restauração do regime absolutista em Portugal.

O movimento de Vila Rica foi liderado pelo conde de Vila Rica, um dos principais líderes absolutistas do período. Este movimento teve como objetivo a restauração do regime absolutista em Portugal.

O movimento de Vila Rica foi liderado pelo conde de Vila Rica, um dos principais líderes absolutistas do período. Este movimento teve como objetivo a restauração do regime absolutista em Portugal.

O movimento de Vila Rica foi liderado pelo conde de Vila Rica, um dos principais líderes absolutistas do período. Este movimento teve como objetivo a restauração do regime absolutista em Portugal.

O movimento de Vila Rica foi liderado pelo conde de Vila Rica, um dos principais líderes absolutistas do período. Este movimento teve como objetivo a restauração do regime absolutista em Portugal.

O movimento de Vila Rica foi liderado pelo conde de Vila Rica, um dos principais líderes absolutistas do período. Este movimento teve como objetivo a restauração do regime absolutista em Portugal.



Movimentações absolutistas no período de implantação do liberalismo

O período de instauração do liberalismo (1834-1851) foi de extrema instabilidade política, com constantes golpes de Estado, conspirações, intrigas e fraudes eleitorais. A agitação política foi aproveitada pelos miguelistas de várias formas, nomeadamente, através de movimentos de aclamação de D. Miguel e da constituição de guerrilhas.

1. Movimentos de aclamação de D. Miguel

Após a Convenção de Évora-Monte, os miguelistas passaram de poder a contra-poder, difundindo, por todas as formas, a sua ideologia contra-revolucionária, que tinha por baluarte a defesa da tradição como norma política, a união entre trono e altar, a permanência social e a rejeição de todas as declarações revolucionárias liberais¹.

Mas o maior desiderato dos realistas que sobreviveram após-1834² foi defender a legitimidade da realeza de D. Miguel e agir para restituir o trono ao seu rei, aquele que tinha sido «enviado por Deus» para cumprir as leis tradicionais do reino.

Os meios de que os realistas se serviram foram os mesmos que acusavam os liberais de utilizar enquanto eles eram poder, ou seja, recurso a boatos, rumores, notícias absurdas e aterradoras, com o fim de promover a inquietação entre os povos; difusão de ideias subversivas da ordem; formação de associações e clubes; promoção de motins e revoluções; divulgação das suas doutrinas através da imprensa e de papéis «sediciosos»; emprego da força, quando as suas ideias não triunfavam de outro modo³.

Além destas estratégias, os arautos legitimistas, muito especialmente padres, frades e fidalgos, alimentaram a lenda em torno da figura do ex-rei. A mitificação de D. Miguel, muito explorada

¹ Sobre a ideologia contra-revolucionária miguelista ver LOUSADA, Maria Alexandre – *O miguelismo (1828-1834): o discurso político e o apoio da nobreza titulada*. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentadas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1987. Trabalho de síntese.

² Muitos miguelistas emigraram nessa altura e alguns dos que ficaram sofreram as retaliações dos liberais, através de perseguições, roubos e assassinatos cometidos, na maioria dos casos, por guerrilhas que se intitulavam defensoras do liberalismo, mas que actuavam por pura vingança pessoal.

³ LOUSADA, Maria Alexandre – ob. cit., p. 32.

antes de 1834, continuou a ser enfatizada depois⁴. Com a sua saída do país, apresentavam-no como arquétipo da «monarquia ideal», o que vinha de encontro ao imaginário campesino, revigorado por uma nova onda de messianismo sebástico⁵. Houve mesmo o aproveitamento da situação por parte de alguns “espertos”, fazendo-se passar por D. Miguel, como conta Camilo Castelo Branco, em *A Brasileira de Prazins*⁶.

A reacção à vitória da monarquia constitucional fez-se, pela parte dos absolutistas com algum peso social, através da utilização da sua influência local para promoverem levantamentos pontuais de aclamação a D. Miguel. A população em geral teve uma resistência pacífica, recusando-se ao cumprimento das leis. Era frequente a referência, na documentação que chegava ao Ministério do Reino proveniente dos Governadores Civis dos distritos, de que era «mal observado o respeito às Instituições novíssimas», segundo o Administrador da Guarda, porque era grande a desconfiança dos habitantes e porque tinha sido descurado o esforço de as aliciar para a aceitação do novo regime⁷. Essa dificuldade era acrescida, segundo o Comandante militar de Braga, porque as autoridades administrativas ou eram miguelistas ou inábeis⁸.

Apesar de encontrar muitos adeptos, principalmente no meio rural, o projecto de restauração dos absolutistas não teve força política, meios nem estratégia para restituir o trono a quem consideravam seu legítimo detentor. Mesmo nos momentos em que o país se encontrava em estado revolucionário, como na revolta de Torres Novas e Almeida e na da Maria da Fonte, os miguelistas não souberam ou não puderam aproveitar a situação a favor da sua Causa.

A falta de coordenação e unificação de esforços dos miguelistas está evidenciada no facto de os notáveis realistas terem estado bastante activos no Norte, nos anos que se seguiram a Évora-Monte, promovendo vários levantamentos, mas sem que daí adviesse alguma eficácia para o movimento. Fátima Sá e Melo Ferreira registou 25 episódios de distúrbios públicos causados pelos miguelistas⁹ entre 1834 e 1844, oito dos quais no Minho, nove em Trás-os-Montes e oito

⁴ Maria Isaura Pereira de Queirós observou que os momentos de transformação ou de passagem de um tipo de civilização a outro são propícios à erupção dos messianismos. (*Réforme et Révolution dans les sociétés traditionnelles*. Paris: Anthropos, 1968, p. 72).

⁵ A propósito do Sebastianismo, ver TORRES, José Veiga – *Um exemplo de resistência popular – o Sebastianismo*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 2, Set-Dez., 1978, p. 5-33.

⁶ CASTELO BRANCO, Camilo – *A Brasileira de Prazins*. Lisboa: Europa-América.

⁷ AN.T.T., A.S.E. *Ministério do Reino*. Maio 2096, n.º 119.

⁸ AN.T.T., A.S.E. *Ministério do Reino*. Maio 2075.

⁹ FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *Rebeldes e Insubmissos. Resistências populares ao liberalismo (1834-1844)*. Porto: Afrontamento, 2002, p. 142.

nas Beiras¹⁰. Mas no estudo que realizámos sobre *Movimentos Sociais no Douro*, entre 1834 e 1855, encontramos 36 movimentos de aclamação de D. Miguel só na região demarcada do Douro¹¹.

A maior parte dos casos de subversão em favor de D. Miguel foram actos isolados, portanto, não demasiado inquietantes para colocar em causa o regime mas suficientemente perturbadores para quebrarem o princípio de autoridade liberal, daí a manutenção da ordem pública ser uma obsessão para os Governadores Civis.

Apesar disso, alguns levantamentos contra-revolucionários tomaram proporções consideráveis. Foi o que aconteceu no Minho no início de Janeiro de 1835. O conflito ocorreu no concelho de Ponte de Lima, na aldeia de S. Tiago da Gimieira, quando três soldados da Guarda Nacional, que não se encontravam em missão, apareceram na aldeia armados e a cantar o hino constitucional. Foram de imediato atacados e desarmados por dois ex-oficiais do exército miguelista (importantes proprietários da região) e insultados pelos habitantes daquela aldeia e de outros da vizinhança que, entretanto, se juntaram para aclamar a D. Miguel. O desfecho desta amotinação resultou na morte de um dos soldados e no incêndio da casa de um dos oficiais miguelistas pela Guarda Nacional de Ponte de Lima. Este caso não ficou por aqui, movendo a Guarda Nacional uma verdadeira caça ao homem que acabou uns meses mais tarde com a captura do ex-oficial, Luís de Sousa Malheiro, morto uma semana depois na prisão¹².

Ainda no mesmo ano aconteceram distúrbios consideráveis relacionados com aclamações de D. Miguel em Covelinhas, distrito de Vila Real. No mês de Março de 1835, um correspondente do *Periódico dos Pobres*, noticiou que a população desta localidade, bem conhecida pelos seus sentimentos pró-miguelistas, chegou a fazer parar os barcos no rio Douro, obrigando os passageiros a aclamar D. Miguel e a cantar o hino absolutista. O correspondente reforçava que nesta povoação não existia um único indivíduo de sentimentos liberais e que nela habitavam os mais exaltados miguelistas de Vila Real¹³. O curioso nesta notícia é o facto de afirmar a mobilização massiva da população, o que contrasta com as informações dos Governadores Civis e Administradores que frequentemente realçavam a passividade popular, apesar de falarem do «mau espírito» de alguns povoados por causa da influência das elites miguelistas.

¹⁰ FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – ob. cit., p. 156.

¹¹ SILVA, Célia Maria Taborda da – *Movimentos Sociais no Douro no período de implantação do liberalismo (1834-1855)*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras do Porto em 2005. Texto policopiado.

¹² FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – ob. cit., p. 143, 144.

¹³ PERIÓDICO dos Pobres no Porto (Porto, 25 de Março de 1835). Ver também SILVA, Célia Maria Taborda da – ob. cit., p. 206, 207.

As aclamações continuaram nos anos seguintes mas foram de pequena dimensão e dispersas, até que, em 1842, D. Miguel nomeou António Ribeiro Saraiva para seu agente e representante à frente do movimento legitimista. Foi nesse momento que começaram a implementar uma estratégia insurreccional de resistência ao Estado liberal¹⁴. Contudo, a divergência de opiniões dentro da família absolutista tornava difícil viabilizar qualquer projecto de restauração, o que não intimidou António Ribeiro Saraiva que logo definiu um plano para aproveitar as circunstâncias do país que lhes pudessem ser favoráveis. A tática passava por tentar captar novos elementos para a Causa entre os descontentes do cartismo e buscar a cooperação dos setembristas. Foi dentro desta linha mais revolucionária que encetaram contactos com o General Macdonell, para ele liderar a conspiração realista, no plano militar. A parte política cabia a Ribeiro Saraiva que, embora continuasse em Londres, tinha como seu agente em Portugal, António de Sousa Pereira Coutinho, Morgado de Vilar de Perdizes¹⁵. Para melhor desenvolverem a sua actividade conspiratória, instituíram em Lisboa a “Junta Central Promotora da Restauração Constitucional da Monarchia”, depois designada somente por Junta Nacional, sediada em Lisboa, com o objectivo de dirigir uma acção que envolvesse todas as províncias¹⁶. A luta pela liderança do movimento e entre grupos, no entanto, absorvia a atenção dos responsáveis, pelo que deixou de haver qualquer sintonia entre a capital e o resto do país. Desta forma, os miguelistas da província sentiam-se votados ao esquecimento, constituindo os actos sediciosos que promoviam casos solitários, logo, pequenos distúrbios para os liberais. Apesar disso, os notáveis das províncias continuavam empenhados numa insurreição, o que levou a Junta Nacional a sentir a necessidade de promover estruturas de organização local, “juntas” ou “comissões”, para sondar e agrupar as influências locais, à frente das quais estariam os principais agentes miguelistas. Assim, colocaram Cândido Figueiredo e Lima em Trás-os-Montes, António Taveira Pimentel de Carvalho no Minho e Beira Alta e, a partir de 1846, o P.e Luís de Sousa Couto no Douro¹⁷.

¹⁴ BRISSOS, José – *A insurreição miguelista nas resistências a Costa Cabral (1842-1847)*. Lisboa: Colibri, 1997, parte I.

¹⁵ António de Sousa Pereira Coutinho Moraes Sarmento Pimentel de Veiga foi o nono e último morgado de Vilar de Perdizes. Esta era uma antiga família da nobreza de Trás-os-Montes, com grandes vínculos e tradição militar. António Pereira Coutinho foi Fidalgo-Cavaleiro em 1822, depois Tenente Coronel no Regimento de Milícias no Porto. Com a queda do governo absoluto tornou-se um verdadeiro defensor da causa miguelista à qual se dedicou intensamente. Cf. BETTENCOURT, J. Moniz – *O Morgadio de Vilar de Perdizes*. Lisboa, 1986, p. 49-79.

¹⁶ BRISSOS, José – ob. cit., p. 30-31.

¹⁷ Idem, ibidem, p. 55.

No entanto, quando estas personalidades tentaram o empenhamento efectivo dos miguelistas das províncias na constituição das “juntas” não conseguiram, exceptuando um caso ou outro¹⁸, mais que um compromisso pessoal, como aconteceu em Braga, Guimarães, Viseu e Viana do Castelo.

Assim, os miguelistas não aproveitaram a revolta de Torres Novas e Almeida para fazerem um levantamento de restauração do absolutismo e na insurreição da Maria da Fonte promoveram alguns movimentos de aclamação a D. Miguel e constituíram algumas guerrilhas, mas a falta de coordenação do movimento acabaria por tornar ineficazes os seus actos.

Com os levantamentos populares da Maria da Fonte, em 1846, os sequazes de D. Miguel conseguiram agitar as populações de alguns concelhos nortenhos, com o propósito de aclamarem o ex-rei. Desta forma, D. Miguel foi aclamado em Valpaços, Montalegre, Boticas, Ruivães, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio. O mesmo aconteceu por todo o Minho, desde Braga a Viana. Em algumas freguesias dos Arcos, Ponte da Barca e Soajo, vários amotinados adeptos do miguelismo tocaram o sino a rebate, contudo, não conseguiram levantar o estandarte absolutista pois foram dispersos por paisanos não afectos ao miguelismo¹⁹. Não obstante, estas manifestações de aclamação de D. Miguel como não foram integradas num plano geral acabaram por ser nulas para o movimento restauracionista²⁰.

Razão pela qual não restou outra alternativa aos miguelistas do que a junção à Junta do Porto, principalmente após a morte de Macdonell, com o objectivo de derrubarem Costa Cabral. No entanto, a conjugação de esforços entre miguelistas e setembristas começou a desvanecer-se mal lograram esse desiderato. Pouco tempo depois, já os líderes dos bandos de revoltosos disputavam a liderança, acabando os setembristas por combater os levantamentos absolutistas que iam acontecendo um pouco por todo o Norte do país.

Perdida mais esta oportunidade de recuperar o trono, os realistas mudaram de estratégia e pretenderam lutar não com armas mas pela via eleitoral.

¹⁸ Em Sanhoane, no concelho de Santa Marta de Penaguião, os miguelistas estabeleceram uma Junta que, mesmo não sendo composta por fidalguia da zona, mereceu o elogio de Figueiredo e Lima por ter conseguido assinaláveis resultados junto de antigos militares realistas. Cf. BRISSOS, José – ob. cit., p. 57.

¹⁹ SILVA, Célia Maria Taborda da – As movimentações populares de 1846 em Viana e seu distrito. *Cadernos Vianenses*, 24, 1998, p. 89.

²⁰ BRISSOS, José – ob. cit., p. 101.

2. A acção das guerrilhas miguelistas

Neste período da instauração do liberalismo, por todo o país houve formação de guerrilhas miguelistas ou mesmo liberais e muito banditismo, sendo um dos fortes problemas para o novo Estado que, em fase de remodelação administrativa, não conseguia responder com eficácia a estes perturbadores da ordem. Nas regiões montanhosas e isoladas foi particularmente complicada a implantação de novos sistemas políticos e administrativos, pelo hábito de uma certa autonomia, baseada nos valores locais, sendo difícil a um Estado ainda débil um controle sobre estas zonas, propiciando o aproveitamento da situação por parte de alguns indivíduos que ou se tornaram bandidos ou guerrilheiros.

Destacaremos algumas das guerrilhas que se reclamavam do miguelismo que mais perturbaram os governos liberais.

No Algarve, a guerrilha do “Remexido” ficou para a história como o grande movimento guerrilheiro de resistência ao liberalismo. José Joaquim dos Reis, o “Remexido”, conheceu uma verdadeira celebridade nacional, advinda mais da conjuntura política que o país atravessava do que da sua reputação de combatente²¹. As manobras e vitórias desta guerrilha face às forças militares serviram de pretexto para que a oposição ao governo setembrista o acusasse de incapaz de garantir a ordem pública, chegando a ser acusado na Câmara dos Deputados de, com a sua inércia, ter deixado chegar os acontecimentos do Algarve àquele ponto²². A imprensa também contribuiu para dar amplitude nacional ao movimento. Era necessário, portanto, aos setembristas pôr um fim à guerrilha, o que conseguiram, em 1838, com a captura de José Joaquim dos Reis, e o seu subsequente julgamento público e condenação à morte²³. Este final trágico aumentou ainda mais a sua auréola popular e serviu para o integrar na memória colectiva da época. O governo liberal não conseguiu extinguir a guerrilha com a morte do líder, por um lado, porque o seu filho Manuel da Graça Reis assumiu o comando do movimento, por outro, pela autonomia que outros bandos assumiram, nomeadamente o dos irmãos Baiôa, que passaram a atacar fortemente no Alentejo.

Mas não era só no Sul que as autoridades locais e centrais se debatiam com este problema, a Beira Alta estava pejada de guerrilheiros e bandidos. Entre as guerrilhas miguelistas contam-

²¹ FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *Rebeldes e Insubmissos. Resistências Populares ao Liberalismo (1834-1844)*. Lisboa: Afrontamento, 2002, p. 262.

²² Idem, ibidem, p. 263.

²³ Idem, ibidem, p. 263.

-se a de António da Costa Macário, conhecido como o “Caca”, os Leais de Longa, o Espadagão, Estanislau de Pina, João Nunes (o “Ferreiro da Várzea de Candosa”), os Poetas, os Crespos, só para citarmos os mais célebres, que traziam aquela região numa anarquia total, sem lei nem ordem²⁴. Entre estas foi a guerrilha de António Macário que mais seriamente preocupou as autoridades, que nunca o consideraram um guerrilheiro mas o cabecilha de um bando de ladrões. Era natural da vila de Midões e alfaiate de profissão e desde a guerra civil terá combatido pelo Batalhão de Voluntários Realista e nunca mais depôs as armas. O bando era composto por indivíduos de origem popular e ficaram “célebres” pelas violências que praticavam contra os seus inimigos, muito especialmente as autoridades locais e os partidários do regime constitucional²⁵.

Nesta região os ajustes de contas estiveram muito na base destas guerrilhas, como aconteceu com a dos Poetas de Sameice, concelho de Ervedal. Os dois irmãos “Poetas” eram filhos do bacharel José Maria Mendes, um notável miguelista, assassinado em 1834 pelos liberais. Ora, a partir do momento em que os jovens “Poetas” viram o seu pai morto e o seu cadáver ultrajado a sua vingança sobre os liberais foi violenta²⁶, combatendo pela causa miguelista até os anos 40, mesmo depois de outros notáveis já terem deposto as armas.

No Douro foi Manuel Soares Albergaria que se distinguiu como guerrilheiro ao serviço do miguelismo. Era oriundo de uma família fidalga, de Mesão Frio, mas era muito excêntrico e desordeiro, talvez devido ao seu prestígio social e económico. Possuía vínculos e casas importantes em Aveiro, Oliveira do Conde, Cinfães, Midões, Resende e Vila da Feira, embora habitasse nas suas casas da ribeira da Rede, concelho da Régua²⁷.

Combateu na guerra civil nas fileiras do exército realista e conta-se na lista dos oficiais que acompanharam D. Miguel até Évora-Monte²⁸. Depois de 1834, deve ter organizado a sua guerrilha, pois em 1836 ele estava de novo no centro da atenção das autoridades pela sua acção contra-revolucionária. Em 10 de Maio de 1836, saiu uma notícia no Diário do Governo, em

²⁴ A propósito destes bandidos ver as obras de CARVALHO, Joaquim Martins de – *Os assassinos da Beira*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1890, p. 120 e COSTA, Sousa – *Páginas de sangue: Brandões, Marçais & C.* Lisboa, 1919. Ver, também, MONTEIRO, J. Gonçalves – *Malteses & Ladrões*. 1.ª ed. Porto: Uniarte Gráfica, 1990.

²⁵ FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – ob. cit., p. 244, 245.

²⁶ FERRÃO, J.M. Dias – *João Brandão*. Lisboa, 1931, p. 72.

²⁷ LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Editora Moreira & Comp.^ª, 1873, vol. XI, p. 771.

²⁸ Lista Militar por antiguidade dos oficiais da 1.ª linha do exército que se consideravam presentes no acto da Convenção de Évora-Monte em 26 de Maio de 1834. Lisboa, 1846, p. 100.

que o Governador Civil do Porto tinha oficiado que, na povoação de Pedra da Légua, concelho de Gouveia, no dia 29 de Abril, uma «partida de quinze a vinte salteadores, e facinorosos», comandados pelo ex-capitão-mor daquele concelho e Manuel Soares de Albergaria, ambos culpados em vários julgados, tinham tido o «arrojo» de levantar gritos subversivos, dando vivas a D. Miguel. Como não encontrassem grande eco popular e temendo as autoridades, puseram-se em retirada no mesmo dia, tendo dispersado para o lado de Campeã e Mesão Frio²⁹. Este facto tinha acontecido em 29 de Abril e tinha posto os Administradores de vários concelhos apreensivos, nomeadamente os de Amarante e de Gouveia.

No início de Maio, o Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça foi informado pelo Presidente da Relação do Porto que havia sido dispersa uma quadrilha de «facinorosos» e preso Manuel Soares de Albergaria, no lugar da Rede.

Segundo o Governador Civil de Viseu, desde que a notícia da prisão de Albergaria tinha saído no *Diário do Governo*, não havia qualquer sintoma de agitação dos miguelistas³⁰. A ampla divulgação que o jornal cartista *Periódico dos Pobres no Porto* fez do facto, em 14 e 16 de Maio³¹, deve ter contribuído bastante para o sossego público. O jornal miguelista *O Ecco*³² deu uma outra visão dos acontecimentos, referindo que a sobrevalorização que os liberais estavam a dar ao episódio era uma manobra de diversão para desviar as atenções dos levantamentos que no Norte se faziam por causa do aumento dos preços, principalmente do milho mais. Para dissuadir novos levantamentos de guerrilhas pró-miguelistas, no mês de Dezembro, o ex-capitão-mor de Gouveia foi julgado, acusado de crime de rebelião e condenado à morte³³. Dois dos companheiros de Albergaria também foram mortos quando eram conduzidos da prisão de Amarante para Lamego, pela própria escolta que os levava, para evitar a sua fuga³⁴.

Quanto a Albergaria, não se sabe se foi julgado, se cumpriu pena ou se, com a sua influência, conseguiu sair ileso. O certo é que não teve o destino do seu companheiro, pois, em 1839, há uma referência do Administrador Geral de Viseu à sua pessoa, dizendo que havia muito tempo que ele não ia àquele distrito e que ora residia na sua casa da Rede ora junto a Amarante, mas que, naquela altura, por ser ocasião das vindimas do Douro, ficaria mais tempo na Rede, onde

²⁹ Diário do Governo, 10 de Maio de 1836.

³⁰ A.N.T.T., A.S.E., *Ministério do Reino*. Maço 2107, n.º 891.

³¹ PERIÓDICO dos Pobres no Porto, n.º 114, 115.

³² O ECCO (19 de Maio de 1836).

³³ A.H.M., 1.ª Div., 22.ª Secção, Cx. 4, n.º 1.

³⁴ Idem, ibidem.

tinha a «melhor parte dos seus bens»³⁵. Parece que, depois do episódio da Pedra de Légua e da consequente dispersão da sua guerrilha, Manuel Albergaria terá encerrado a sua vida de guerrilheiro e ter-se-á dedicado às suas quintas, pois deixou de ser notícia.

No Alto Minho era o bando de Tomás Joaquim Codeço, mais conhecido por “Quingostas”, que desestabilizava a tranquilidade liberal³⁶. Natural de um aldeia do concelho de Melgaço, actuava em toda a região minhota, assaltando a casa de constitucionais e libertando presos políticos ao mesmo tempo que aclamava o usurpador. Tinha ligações com alguns dos oficiais miguelistas de Braga e contactos com os carlistas da Galiza. Os militares liberais fizeram inúmeros esforços para o capturar, chegaram até a ter pessoas infiltradas no bando mas todas as tentativas para o apanhar redundaram em fracasso. Isso porque gozava do apoio popular como todos os “bandidos sociais”. Tal como o “bandido nobre”, de que Eric Hobsbawm fala na sua obra *Rebeldes primitivos*³⁷, era considerado um herói pela comunidade, por isso, o protegiam. Contrariamente aos meros salteadores, os bandidos sociais permaneciam dentro da sociedade camponesa de onde saíram e eram considerados pela sua gente como heróis ou justiceiros, razão por que os ajudavam e apoiavam. As acções desse bandido eram aceitáveis dentro dos seus valores de comportamento, como quem rouba aos ricos para dar aos pobres ou mata para limpar a sua honra ou a de algum familiar. É esta relação entre o camponês e o rebelde que dá significado ao banditismo social e isso que o diferencia dos simples ladrões de estrada³⁸. O bandido social não roubava o camponês mas apenas os senhores ricos. Por esse motivo a sua popularidade só ocorria dentro do seu enquadramento regional. A este propósito, Hobsbawm adverte que um homem podia ser bandido social na sua terra e um simples ladrão fora dela³⁹. Este fenómeno, pré-político, foi desaparecendo com a modernização, por ter o seu suporte em sociedades baseadas na agricultura, lutando pela manutenção de valores tradicionais⁴⁰.

Tomás Codeço acabaria por ser preso em Janeiro de 1839 e assassinado em seguida pela escolta que o devia conduzir à prisão. Esta morte marcaria um ponto de viragem da luta absolutista na região pois não se voltaram a formar guerrilhas até 1846, altura em que renasceu a esperança miguelista⁴¹.

³⁵ A.N.T.T., A.S.E., *Ministério do Reino*. Maço 2142, n.º 126.

³⁶ Sobre este bandido, veja-se FERREIRA, Fátima Sá e Melo – ob. cit., parte 2, capítulo 3. *Banditismo e política no Alto Minho*. E também, CASTRO, Francisco Cyrne de – Notícias de Tomás das Quingostas. In *Arquivo do Alto-Minho*. Vol. X, tomo II, p. 89-101.

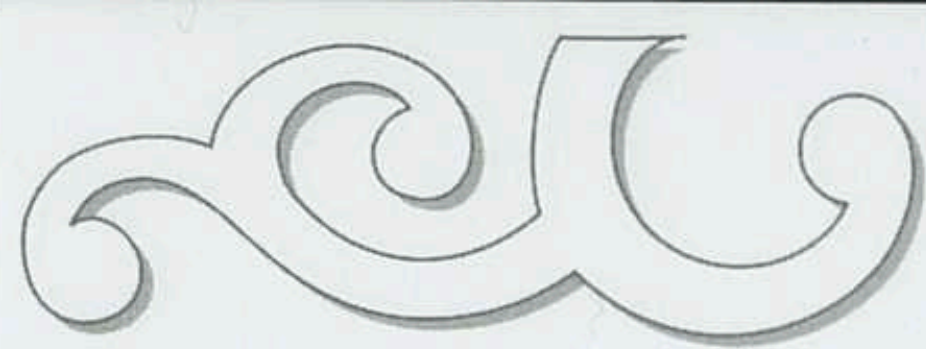
³⁷ HOBBSAWM, Eric J. – *Rebeldes Primitivos*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 22.

³⁸ HOBBSAWM, Eric J. – *Bandidos*. Barcelona: Ariel, 1976, p. 10.

³⁹ Idem, ibidem.

⁴⁰ Idem, ibidem, p. 24.

⁴¹ FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – ob. cit., p. 201.



Apesar dos movimentos de aclamação de D. Miguel e a formação de guerrilhas terem sido relevantes não lograram qualquer efeito prático, uma vez que os absolutistas não voltaram ao poder. No entanto, estes movimentos realistas contribuíram para aumentar a instabilidade de uma época conturbada e dificultar a tarefa dos governos liberais na implantação do liberalismo.



Tradicionalismo e Liberalismo na Carta Constitucional de 1826

António Luís Pereira

